

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Fabício J. Missio*
Fabiano F. Alves**
Rosele Vieira***

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a respeito das iniciativas caracterizadas como economia popular e solidária, argumentando que elas podem ser interpretadas como uma alternativa que o próprio sistema capitalista desenvolveu para garantir a sobrevivência e a reprodução do crescente “exército de reserva”, bem como para reduzir os custos da mão-de-obra. Efetuou-se uma revisão bibliográfica para conceituar essas experiências e mostrar as incoerências teóricas e práticas que permeiam esta proposta. As principais conclusões mostram que é possível interpretar algumas dessas experiências, em especial as cooperativas de trabalho, não como alternativas de organização e gestão da produção, mas como forma espontânea de resistência dos trabalhadores excluídos pela lógica competitiva do mercado.

Palavras-chave: Economia popular. Mercado de trabalho. Cooperativas de trabalho.

Abstract: The paper aims to discuss the forms of popular and solidary economy, arguing that they may be interpreted as a way that the capitalistic system itself developed to ensure the survival and reproduction of the growing reserve army of workers as well as to reduce costs associated to the labor force. A bibliography review was done to concept these experiences as well as to show the theoretical and practical incoherencies that permeate this proposal. The main conclusions show that it is possible to interpret some of these experiences, specially the work cooperatives, not as an alternative way of production organization and management, but as a spontaneous way of worker resistance that were excluded by the competitive logic of the market.

Key Words: Popular economy. Labor market. Work cooperatives.

JEL Classification: J21, Labor force and employment. J23, Labor demand. J30, General.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Professor e Coordenador do Curso de Economia da Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul.

E-mail: fabriciomissio@gmail.com.

** Professor da Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul. E-mail: fabianofda@bol.com.br.

*** Professora da Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul.

E-mail: roselecpea@bol.com.br.

ANÁLISE	Porto Alegre	v. 18	n. 2	p. 5-22	jul./dez. 2007
----------------	--------------	-------	------	---------	----------------

1 Introdução

As transformações econômicas ocorridas nos últimos anos, particularmente no que se refere à forma de produção, que se caracteriza cada vez mais por estruturas de mercados diferentes da concorrência perfeita, assim como pela automação das linhas de produção, tem conduzido as empresas a um processo de reestruturação organizacional. Esta, de um ponto de vista microeconômico, está associada à aceleração da velocidade do processo de automação e à crescente substituição da eletromecânica pela tecnologia digital de base microeletrônica, que passa a revolucionar o atual processo de produção e acaba atingindo, invariavelmente, o mundo do trabalho. Nesse contexto, as mudanças no processo de produção, frente a essas modificações, passam a exigir que os trabalhadores estejam cada vez mais escolarizados, participativos e polivalentes, como condição necessária para que ocupem as novas funções que surgem com a mudança da base tecnológica do sistema produtivo.

A globalização econômica, por sua vez, também afeta diretamente o mercado de trabalho, pois demanda das empresas maior competitividade internacional. Isto faz com que as empresas busquem formas alternativas de redução de seus custos, seja através da diminuição direta dos salários e dos encargos sociais, seja nas novas formas de contratação.

Associado a estas mudanças, observa-se que a redução das oportunidades de trabalho no setor formal tem alimentado permanentemente o desemprego, enquanto a falta de perspectivas de reconquista da condição de assalariado faz com que trabalhadores desempregados acabem migrando para o setor informal. Para se ter uma idéia da dimensão do setor informal, dados para o Brasil revela que, metade da População Economicamente Ativa das seis regiões metropolitanas, pesquisada pelo IBGE no final de 1999, estava ocupada neste mercado.

Em um contexto de perda de importância do trabalho assalariado, tendência que foi acelerada pela política econômica dos governos da década de 1990, a questão da subutilização da mão-de-obra torna-se, portanto, mais complexa, e a nova dinâmica econômica re-configura a base produtiva, e por conseqüência, o próprio mercado de trabalho.

Logo, é neste cenário que ganham destaque experiências de natureza produtiva, amplamente baseadas em valores como solidarismo e associativismo. Dentre essas experiências, emerge a constituição da então chamada “economia popular solidária”. Esta forma de produzir caracteriza-se explicitamente como antagônica ao capital, sendo apresentada por muitos como um novo modo de produção capaz de superar o modo de produção capitalista.

O presente trabalho tem por objetivo, portanto, levantar uma discussão a fim de entender os limites e possibilidades das diversas formas de organizações populares não capitalistas na presente conjuntura de

desorganização do mercado de trabalho formal; nesse sentido, ele busca discutir se, mesmo involuntariamente, a expansão de algumas formas de produção dessa economia popular – neste caso, especificamente as cooperativas de trabalho –, não estão contribuindo pela redução da qualidade dos empregos ao cumprirem uma função estratégica no próprio processo de terceirização.

Para atingir esses objetivos, o trabalho constará, além desta introdução, de uma segunda seção onde se apresentam algumas mudanças mais gerais ocorridas no final do século XX e suas respectivas influências sobre o mercado de trabalho. A terceira sessão busca conceituar e apresentar algumas características das experiências de produção que constituem a economia popular. A quarta sessão apresenta algumas contradições inerentes a esta forma de produção. Na quinta seção apresenta-se uma discussão acerca do papel das cooperativas de trabalho. As considerações finais estarão na última seção.

2 As transformações no mercado de trabalho em debate

De um ponto de vista ideológico, os últimos anos do século XX foram de “desmoronamentos”, não só no sentido literal da palavra – como foi a queda do Muro de Berlim – mas também de conceitos. Não escapou nem mesmo a clássica divisão entre esquerda e direita que muitos passaram a achar inadequada para caracterizar os novos tempos. Esquerda e direita seriam nomes sem sujeito nestes tempos de mercado globalizado. Por um lado, o fracasso da experiência socialista na Rússia e no Leste Europeu desmantelou o eixo da direita tradicional durante a “guerra fria”, que foi o combate ao comunismo. Por outro, a esquerda “domesticou-se”, para não dizer capitulou diante da força de mercado capitalista. Desnorteada, renega o socialismo e busca formas conciliatórias de convivência entre trabalhadores e capitalistas. Marx desapareceu da estante, e nesse “mundo novo” parece não haver mais lugar para ele e nem para sua antiquada idéia de luta de classes.

Com o fim da “Guerra Fria” e o colapso do socialismo real, os direitos de propriedade e os mercados livres passaram a ser visto como princípios fundamentais no mundo atual. Como diz Krugman (1999), desde a época vitoriana que o capitalismo não se sentia tão seguro de seus êxitos. Porém, segundo o mesmo autor, parte disso é explicável porque ninguém encontrou uma alternativa plausível, o que não quer dizer que essa conjuntura perdurará indefinidamente.

Entretanto, como se centra a análise deste estudo no período atual é interessante ressaltar que pensamento o econômico dominante aceita e acredita no bom funcionamento dos mercados. Isso significa, especificamente, no que se refere ao mercado de trabalho, que o desemprego passa a ser explicado teoricamente por fatores exógenos, tais como,

problemas de oferta de mão-de-obra, como, por exemplo, pela existência de um comportamento irracional por parte dos trabalhadores ou pela existência de alguma rigidez na função oferta de trabalho, ou por problemas de *informação imperfeita*. Contudo, dentro deste pensamento, conforme Dathein (2003), o desemprego gerado dessa forma seria um problema de curto prazo e passageiro, uma vez que os mecanismos automáticos do mercado o eliminariam rapidamente, a não ser que estes sejam impedidos de funcionar também por forças exógenas.¹

Em oposição a este pensamento, muitos economistas identificam como causa justamente o fato de os mercados atuarem livremente, ou seja, admitem que o mercado possa não levar automaticamente ao pleno emprego e, portanto, justificaria-se, desta forma, políticas públicas contra o desemprego. Não constitui objetivo de este trabalho retomar este debate, limitando-se, entretanto, somente a referência do mesmo.

Um terceiro “grupo” de economistas, menos teóricos e mais críticos, identificam nas transformações do atual processo produtivo alguns fatores determinantes da reestruturação do mercado de trabalho. Esta reestruturação estaria associada a movimentos de ordens produtivas, organizacionais e gerenciais com conseqüências negativas sobre o emprego formal, dado a ampliação de movimentos como terceirização, informalidade e precarização. Levando em conta a produção, esses autores supõem que as corporações transnacionais, dentro desse ambiente de livre comércio e de mobilidade praticamente irrestrita do capital, detêm todas as informações relevantes para a tomada de suas decisões e que, com base nestas, circulam ao redor do mundo para maximizar seus lucros. Assim, em busca de competitividade internacional, o capital transnacional tende a migrar para países ou regiões cujos trabalhadores aceitam menores salários ou, onde os custos sociais e ambientais sejam mais baixos.²

Do ponto de vista desse pensamento, portanto, a ampliação da competitividade dos mercados, tanto interna como externamente, faz com que as empresas, na tentativa de reduzir custos, incorporem cada vez mais inovações tecnológicas e gerenciais que acabam afetando, invariavelmente, e em sentido negativo, o mercado de trabalho.

¹ Dentro desse pensamento, o desemprego é uma situação anormal no contexto de uma economia de mercado. Somente fatores exógenos poderiam explicar o mau funcionamento do mercado de trabalho. Em geral, a economia estaria sempre no pleno emprego de trabalho e também dos outros fatores de produção, que seria a situação de equilíbrio e de *market clearing*, conforme previsto pela lei de Say. Em versões mais sofisticadas desta teoria, admite-se a possibilidade de desemprego involuntário e de longo prazo. No entanto, esta situação continuaria sendo sempre anormal e com causas exógenas, já que se acredita que o mercado resolveria esta situação se não estivesse sendo impedido de atuar livremente (Dathein, 2003).

² A hipótese implícita é que, com os avanços tecnológicos, as empresas são capazes de coordenar a produção e a mão-de-obra em escala planetária.

Como exemplo, no Brasil, observa-se que as transformações estruturais pelo qual vem passando a economia, principalmente a partir da década de 1990, estão no cerne da evolução recente do mercado de trabalho.³ Com o fim do modelo de substituição de importações e o início do processo de abertura, as estruturas produtivas têm-se transformado rapidamente e significativamente (Amadeo, 1998). Notadamente, a partir deste período, as empresas passam a concentrar seus esforços nas estratégias organizacionais, bem como na adoção de novas formas de gestão da mão-de-obra, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade.⁴

A introdução de inovações tecnológicas e, principalmente, o baixo dinamismo da economia passam a ser os grandes “vilões” do emprego. Os críticos afirmam que, as inovações tecnológicas, embora tendam a criar empregos em alguns setores (principalmente nos relacionados com a informática), destroem postos de trabalho em proporção muito maior do que os empregos criados – situação que seria agravada com o baixo dinamismo da economia, já que esta não consegue gerar condições suficientes para absorver a mão-de-obra excedente.

Dados para o Brasil mostram que, de fato, o emprego diminuiu ao longo da última década do século XX. Segundo o Ministério do Trabalho, entre janeiro de 1990 e julho de 1999, mais de três milhões de postos de trabalho foram eliminados, sendo que, a taxa média de desemprego, calculada pelo IBGE para as principais regiões metropolitanas do país, que era de 4% da PEA no início da década de 1980, praticamente dobrou na década seguinte. Segundo Dedecca (2000), o emprego industrial em 1998 representava apenas a metade do registrado dez anos antes, sendo que os salários reais eram 30% menores e a participação da massa salarial no produto era 23% inferior a de 1989.

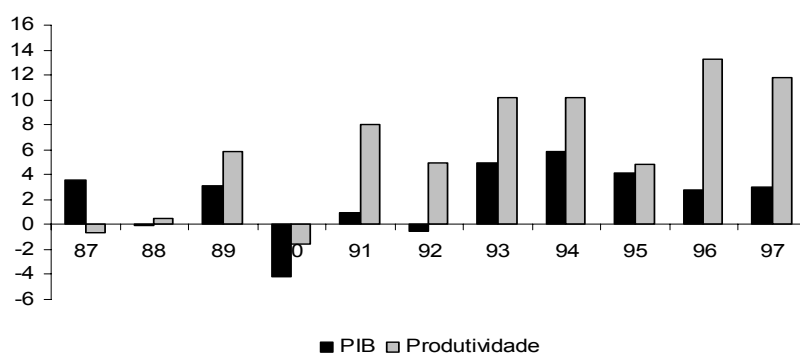
Segundo os dados apresentados é possível observar que o desemprego aumentou no período recente. Critica-se, entretanto, a explicação de que o mesmo seja consequência do baixo dinamismo da economia. Conforme Amadeo (1998), se o emprego cresceu menos no período recente, a causa está no fato de que a produtividade do trabalho vem crescendo mais rapidamente do que o PIB. Para o setor industrial, esta situação é ilustrada na Figura 1.

³ A liberalização comercial, o processo de privatização de empresas estatais e a queda nas taxas de inflação no Brasil, a partir de 1994, são alguns dos principais exemplos de mudanças no processo econômico brasileiro que passaram a exigir uma reorientação produtiva no sentido de maior qualidade e eficiência.

⁴ Segundo Ruas *apud* Leite (1994), dentre os motivos que levaram as empresas a adotarem uma estratégia inovadora mais efetiva destaca-se, por um lado, o aprofundamento da crise econômica na década que diminuiu o mercado interno e, por outro lado, a abertura da economia iniciada no governo Collor que teria obrigado as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade para poder concorrer com a competição externa.

O mercado informal, na visão dos críticos, emerge também como consequência do baixo dinamismo da economia.⁵ No entanto, acredita-se que este esteja mais associado a fatores tais como as novas formas de produção e as novas relações de trabalho que tendem a aumentar o número de trabalhadores autônomos, através do processo de terceirização ou, conforme observou Amadeo (1998), pelo fato do setor de serviços, que é mais propenso a gerar empregos informais, ter aumentado sua participação relativa em termos do emprego em relação ao setor industrial, do que pelo baixo dinamismo da economia.⁶

Figura 1.
Crescimento do PIB e da produtividade
do trabalho na indústria, 1987/97 (%)



Fonte: IBGE

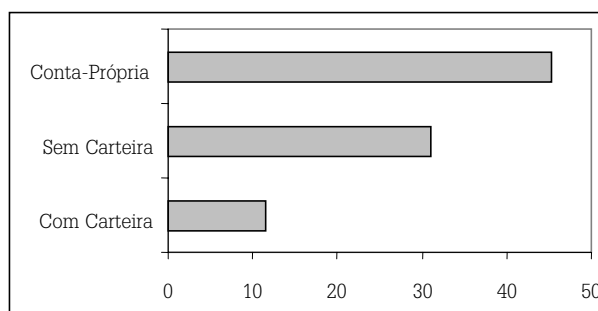
O aumento da informalidade, por sua vez, é o que acaba determinando a precarização do trabalho. Novamente, segundo Amadeo (1998), isso significa dizer que, de maneira geral, houve uma piora nas condições de trabalho e de vida do trabalhador, ou seja, reduziu-se o seu bem-estar. Entretanto, com base nos dados apresentados na Figura 2, constata-se exatamente o contrário. Medindo o bem estar do trabalhador pela renda recebida, o que de certa forma, parece ser bem razoável, observa-se que, enquanto os trabalhadores com carteira assinada tiveram um aumento real de renda da ordem de 11% entre 1993 e 1997, os trabalhadores sem carteira assinada tiveram um ganho de 30%, e os autônomos o extraordinário ganho de 45%.

⁵ Evidentemente, a questão da informalidade está associada a uma série de outros fatores. Não constitui objetivo do trabalho aprofundar esta questão.

⁶ A terceirização, sobre a qual esta focada este trabalho, será discutida na última sessão.

Figura 2.

Variação do rendimento médio real, 1993/1997 (%)



Fonte: PME-IBGE

Portanto, as contradições de idéias sobre o problema de emprego não permitem a definição de um movimento que caracterize fielmente os fatores responsáveis pela mudança do mercado de trabalho. Sabe-se, contudo, que as mudanças são significativas e que têm atuado no sentido de reduzir o mercado formal. Nem mesmo o pensamento convencional dominante tem encontrado saída para esta questão. Este, a partir da teoria do capital humano, “receita” um aumento da qualificação dos trabalhadores como condição necessária para que ocupem as novas funções que vão surgindo da base tecnológica do sistema produtivo. Contudo, esta parece ser condição necessária, mas não suficiente.

3 Surgimento de alternativas populares: conceito e perspectivas

Segundo o pensamento crítico, diante da emergência de combater o desemprego e das urgências por ele provocadas, autores como Singer (1998), Gaiger *et al* (1999), Guimarães (1999), Kraychete (2000), Coraggio (2001), entre outros, sugerem, a partir de diversas experiências concretas de gestão – a organização solidária dos trabalhadores – que atualmente encontra-se no limiar de uma alternativa não capitalista de organização do trabalho, identificado pelo conceito de economia popular solidária.

A economia popular solidária surge da intersecção de movimentos populares e de movimentos solidários; e, para que se possa melhor definir um conceito genérico que represente este tipo de experiência, é necessário que se defina antes cada um desses movimentos, ou seja, a economia popular e a economia solidária.

A economia popular, devido à amplitude e as muitas diferentes práticas econômicas na qual está centrada, não pode ser expressa por um único conceito. Sabe-se, entretanto, que esta possui uma ampla diversida-

de de atividades e empreendimentos e que se encontra baseada na tradição familiar e comunitária, nas cooperativas e pequenas empresas de autogestão, bem como nas organizações e entidades relacionadas ao movimento popular, todas com objetivo comum: a busca por uma alternativa de geração de renda.

Mais especificamente, pode-se identificar à economia popular como composta por: a) soluções assistenciais e filantrópicas (mendicância, programas oficiais de assistência, etc.); b) atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos, etc.); c) iniciativas individuais não estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, etc.); d) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (as mais diversas formas de associativismo); e) organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como cooperativas.

A economia popular refere-se, portanto, a atividades praticadas por parcela da população que abrange, desde os desempregados (fora do mercado de trabalho) até os totalmente excluídos do sistema econômico vigente, que procuram nesse novo sistema um modo de garantir a sobrevivência.

A economia solidária também não pode ser expressa por um único conceito, pois associadas a ela estão diferentes formas de relações sociais, que buscam, embora por caminhos diferentes, a melhoria na qualidade de vida de seus integrantes. Em geral, ela está associada a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços, em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação e a promoção do desenvolvimento humano.

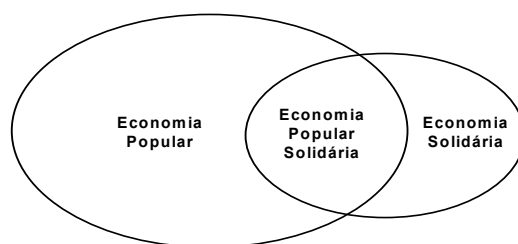
Grosso modo, economia solidária significa tudo que envolve a democracia na posse e controle dos bens de produção, ou seja, representa um sistema onde se pretende eliminar o antagonismo de classes, cujo cerne é o trabalho. É uma proposta de sistema econômico que, através de níveis crescentes de associação, busca sua competitividade no mercado, baseada em uma dinâmica própria que combina a produção doméstica de valores de uso com a produção mercantil.⁷

A economia popular solidária (EPS), resultante da conjugação destes dois movimentos constitui-se, portanto, não de empreendimentos baseados na caridade e na filantropia, mas sim, em empreendimentos onde prevalece uma nova ética nas relações de trabalho, a qual se centra no desenvolvimento humano e voltado para o atendimento das necessidades coletivas. Segundo Gaiger (2000), este fenômeno apresenta as seguintes características:

⁷ A economia solidária parte do pressuposto de que o poder do grande capital decorre do fato de que ele usufrui de ganhos de escala que lhe permite praticar preços abaixo da concorrência. Já o setor autônomo, ao contrário, é fraco exatamente porque os pequenos empreendimentos pecam pelo isolamento. Nada mais natural, portanto, segundo seus defensores, do que colocar na prática o ideal cooperativista de que “a união faz a força”.

- a) São alternativas econômicas para onde migram os trabalhadores que não encontram lugar nos sistemas convencionais de geração e distribuição de riqueza;
- b) A economia popular solidária é uma pequena fração da economia popular, sendo diferente em um ponto relevante. Enquanto a economia popular, ditada pela necessidade, dificilmente consegue acumular capital, a economia popular solidária, busca fazer da cooperação um fator que garanta seu desempenho e qualifique seus agentes, preocupando-se com a eficiência, a fim de ultrapassar o nível de subsistência e ganhar poder para manejar estratégias de crescimento contínuo;⁸
- c) Essas práticas econômicas populares se relacionam com um fenômeno mais amplo, denominado economia solidária, que abrange uma multiplicidade de segmentos sociais, agentes e instituições (Laville, 1994; Razeto, 1997; Mance, 1999).

Figura 3.
A economia popular solidária



Fonte: Gaiger (2000)

A EPS surge a partir de iniciativas de base comunitárias, em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o mercado solidário). O campo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo, nas cooperativas de autogestão, aos poucos superaria o desafio do mercado e viabilizaria sua competitividade no mesmo, constituindo uma alternativa desde o interior das relações mercantis. Trata-se, portanto, segundo seus defensores, de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal, no qual os pobres constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material da sua existência através de relações de solidariedade.

⁸ Existem exemplos de ações da economia popular que não são solidárias, como microempresas familiares de cunho capitalista; existem exemplos de economia solidária que podem ser representados por ações não populares, como organizações não-governamentais que desenvolvem atividades nessa área.

Pode, ou não (este é o ponto), ser encarada como uma alternativa à crise presente e inerente ao mercado de trabalho capitalista, surgindo como proposta de um novo modo de produção, por enquanto, paralelo ao atual sistema vigente. Essa nova tendência busca retratar uma visão mais ampla da sociedade, onde cada indivíduo faz opção por um novo modo de vida, baseando-se em valores distintos dos até então apresentados. A EPS não diz respeito somente às questões relativas ao mercado de trabalho, mas ela se apresenta como uma proposta baseada em uma nova visão social, enfatizando certos valores como solidariedade, cooperação e respeito pela natureza. Alguns mais entusiasmados identificam, portanto, neste solidarismo, o embrião de um “terceiro setor” que demarcaria um novo espaço social, superando a antinomia anterior Estado-mercado (Pereira, 2001).

Por outro lado, autores como Vainer (1999) e Guimarães (2000), dentre outros, vêem na economia popular solidária não uma ameaça ao atual sistema, mas uma solução prática para enfrentar o problema do desemprego no atual estágio do capitalismo. A crítica desses autores está baseada no fato de que a expansão de muitas experiências de produção ditas de cunho “popular e solidária” parece estar mais ligada, em parte, ao processo crescente de terceirização de etapas do processo produtivo. Além disso, como se mostra a seguir, existe uma série de contradições e questões em aberto que corroboram a hipótese de que a economia popular solidária venha a se constituir num modo de produção capaz de superar o modo de produção capitalista vigente.

4 Contradições inerentes à constituição do projeto “alternativo”

Primeiramente deve-se ressaltar que não existem dúvidas quanto ao fato de a economia popular solidária constituir-se de relações atípicas e contrárias ao modo de produção capitalista. Porém, no que se refere ao fato de ela constituir um novo modo de produção capaz de superar o então modo de produção vigente deve-se levar em considerações uma série de questões que a literatura econômica sobre o tema ainda não conseguiu explicar.

Desde os seus primórdios, o capitalismo valeu-se de formas de organização do trabalho que escapam às estritas condições do trabalho assalariado e de extração da mais valia. Essas formas de produção passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital, muito embora possam dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo capitalista (Gaiger, 2000). Com base nessa afirmação, pergunta-se: não seria a economia solidária apenas mais uma dessas formas? Ela não seria mais uma estratégia adotada pelo sistema capitalista, que atualmente incorpora variações jurídico-formais da relação assalariada, para dar continuidade ao processo de acumulação?

Outro ponto relevante refere-se à mudança da base técnica. Historicamente, os modos de produção dominante sempre surgiram acompanhados de uma mudança nas forças produtivas, e conseqüentemente na base técnica. Neste caso, nota-se que, na maioria dos empreendimentos solidários, a base técnica permanece intocada ou superficialmente alterada, restringindo-se apenas, às inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir no âmbito das relações internas. Segundo Gaiger (2000), como esta “economia solidária” será capaz de assimilar a base técnica da economia moderna, especialmente naqueles setores de maior densidade tecnológica e complexidade organizacional, sem fazer “compra casada” com o conteúdo social, introduzido pela lógica capitalista nos respectivos processos de trabalho?

Figura 4.

A economia solidária no cenário mundial contemporâneo



Fonte: UNISINOS, 1999.

A economia solidária é apresentada também como uma proposta que visa organizar os micro-empresendimentos (ver Figura 4), de tal forma que, ao longo do tempo, eles consigam, através da expansão e do crescimento de suas atividades, constituírem uma economia alternativa não capitalista em órbita global. Primeiramente os empreendimentos se organizariam; constituiriam um movimento mais amplo: a chamada economia popular solidária; e, posteriormente, uma economia alternativa, baseada em princípios diferentes dos até então vigentes. No entanto, essa definição abre espaço para uma série de questionamentos, tais como: será possível que o ambiente microeconômico supere o macro? A concentração das forças em nível local, realmente sugere uma alternativa, já que não combate os estímulos do capitalismo, que são cada vez em mais em nível global?

No que se refere às relações com o exterior, ou seja, com a sociedade, novamente surge alguns questionamentos. As relações de solidariedade tendem a ficar restritas à parte interna dos empreendimentos; então, como será possível desenvolver um sistema sócio-econômico integrado com um sistema social? Segundo Guimarães (2000, p. 06):

Não há empreendimentos sem sociedade. Eu não posso imaginar uma forma de produção se não imaginar um tipo de sociedade. Estudam-se as sociedades anteriores pela forma de produção. Uma é consequência da outra. A industrialização não surge sem mudar a cidade, sem mudar a relação de poder. Não é possível uma produção capitalista numa sociedade socialista e vice-versa. Se estamos pensando em uma outra forma de produção, não consigo ver esta outra forma de produção sem estar inserida numa forma de sociedade. A sociedade é uma organização muito maior do que a produção. Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade.

Por outro lado, muitos autores criticam essas formas de organização solidárias, pois identificam nestas um movimento no sentido de aprofundamento do processo de flexibilização do contrato de trabalho, organizado pelo capital, na tentativa de “burlar” a legislação trabalhista. O que acontece muitas vezes é que através dessas experiências os trabalhadores trocam o contrato de trabalho pela ilusão de se tornarem donos dos próprios negócios e acabam como prestadores de serviços para seus antigos patrões.⁹ Invariavelmente, o resultado é a perda dos direitos trabalhistas e a diminuição da remuneração.

Nesse sentido, pode-se pensar nestas experiências ditas alternativas como organismos que desempenham função estratégica dentro do próprio sistema capitalista, pois ao repassarem uma parcela (mínima) do crescimento econômico para a população excluída, mantêm-as sob controle, evitando que as mesmas – através da sua conscientização crescente – passem a demandar mudanças mais significativas, tanto na esfera econômica como nas relações sociais.

Entende-se também que essas experiências estariam institucionalizando uma economia periférica à margem do progresso capitalista no sentido de que não passam a desfrutar do avanço tecnológico e das novas formas de produção. Como essa economia geralmente não consegue manter constante uma taxa de acumulação, ela possui sérias dificuldades de realizar investimentos e, portanto, de incorporar novas tecnologias.¹⁰

⁹ Por exemplo, a necessidade de se obter capital de giro no início do processo produtivo de muitas dessas experiências, embora haja um comprometimento pessoal dos novos administradores, invariavelmente é superada pelo comprometimento da prestação de – mais – serviços. Como a empresa só dispõe de máquinas e de pessoal, produz com a matéria-prima e a marca de terceiros. Apesar de a empresa ser democrática internamente, os trabalhadores continuam sendo explorados por uma empresa externa que não tem nenhuma obrigação legal com trabalhadores além da relação comercial com a empresa (Tauile, 2002).

¹⁰ Segundo Tauile (2002, p. 6), uma situação recorrentemente difícil de contornar têm sido a falta de capital de giro sofrida por muitas dessas experiências (neste caso, o autor trabalha

Por isso, acredita-se que essas experiências que emergem não se colocam, de fato, como um projeto alternativo ao capitalismo global, sendo mais um movimento espontâneo que parte de amplos setores da sociedade que encontram na organização coletiva uma forma de resistência contra a sua exclusão individual e uma forma de lidar com as emergências, a saber, o desemprego e a exclusão social.

5 Cooperativas de trabalho

Na discussão atual sob a constituição de um projeto alternativo de cunho popular e solidário ganha destaque cada vez mais o papel exercido pelas cooperativas. Essas são apontadas como os “embriões” da economia popular solidária que seria capaz de vencer a competição presente no mercado, regida, atualmente, pelos grandes grupos empresariais. Entretanto, a expansão de algumas formas de cooperativas – neste caso, especificamente as cooperativas de trabalho-, podem estar contribuindo para uma perda na qualidade dos empregos ao cumprirem uma função estratégica no próprio processo de terceirização.¹¹

Em suma, as questões que estão sendo colocadas são: até que ponto a formação de cooperativas não contribui para a redução do emprego formal? A constituição das cooperativas de trabalho não constitui uma forma de legitimar a redução do emprego formal, e de certa forma legalizar a informalidade? Essas novas cooperativas não seriam maneiras de tornar precárias as relações de trabalho em favor do capital?

É relevante pensar na possibilidade da formação dessas cooperativas de trabalho estar, de certa forma, influenciando os níveis de emprego formal, no sentido de que “motivam” os empregadores a demitir seus funcionários e a contratar uma forma terceirizada de serviço, levando em consideração as vantagens que teriam com relação à redução de seus custos, principalmente, com os custos relacionados à mão-de-obra.

Ao que parece, a constituição de novas cooperativas de trabalho está mais ligada ao crescente processo de terceirização, do que, de fato, ao surgimento de uma alternativa de produção não capitalista. Conforme Magalhães e Todeschini (2000), atualmente presencia-se a formação das chamadas falsas cooperativas, que são na verdade uma forma de terceirização mais maléfica do que a terceirização em si mesma.

especificamente com as empresas autogeridas). Como o ativo fixo, o capital de giro pode ser financiado por recursos próprios ou por recursos de terceiros. Os recursos próprios destinados ao financiamento do capital de giro, teoricamente, são aqueles que excedem o capital imobilizado. Ambos são difíceis de se obter, especialmente no início do funcionamento dos empreendimentos autogeridos, devido aos indicadores financeiros deficientes e agravado pelo fato de que, no caso de falências, muitas vezes os fornecedores levaram calote ou por pouco escaparam de ser caloteados pelo antigo dono.

¹¹ Evidentemente, não se pode desconsiderar o papel desempenhado pelas cooperativas que é, de certa forma, relevante no cenário nacional, pois representa para milhares de pessoas uma forma alternativa de geração de renda, e em muitos casos, garante a sua própria subsistência.

Na busca de contenção das despesas e aumento da receita, que estão associadas a mudanças não só nas novas relações de trabalho, mas ao próprio sistema globalizado de informações, emerge uma série de organizações, que sob a fachada da terceirização, permite que os custos sejam minimizados, ao mesmo tempo em que se mantém a mesma ordem na organização do trabalho. São empresas que vêm na redução dos salários e benefícios aos seus empregados e na desobrigação com estes, a chance de se manterem competitivas no mercado. Nesse sentido, os empresários para evitar gastos com impostos e benefícios trabalhistas transformam seus negócios em cooperativas; onde, neste caso, não há estatuto e assembleia geral e nem divisão de ganhos, uma vez que a relação patrão-empregado continua a existir.

A inclusão na Consolidação das Leis Trabalho (CLT), em 1994, de um artigo que permite que o cooperado preste serviço a uma empresa sem vínculo empregatício, agravou este processo. Como as cooperativas têm benefícios fiscais,¹² os empresários viram abrir-se uma porta para a redução dos encargos trabalhistas. Na maior parte dos casos, a empresa fecha um setor, admite seus empregados, até então contratados pela CLT, e mantém os ex-funcionários como cooperados trabalhando na mesma forma (horário, atividade e salário).

Sem desconsiderar a diversidade dos setores produtivos, nota-se que esse processo pode ser visivelmente observado em estudos sobre cadeias produtivas. Grande parte dessas novas cooperativas de trabalho se encontra inserida em cadeias produtivas que migram para regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste brasileiro, onde a mão de obra é abundante e barata e a oferta de emprego reduzida. Como exemplo, têm-se as empresas do setor calçadista oriundas dos dois principais pólos do país, o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e Franca, em São Paulo. Estas empresas, após a abertura da economia nacional, deslocaram sua produção para o Nordeste a fim de diminuir seus custos com mão-de-obra e, assim, poderem concorrer com os produtos similares importados.

Uma pesquisa realizada por Pereira (2000) constatou que, excluindo a matéria-prima, o fator de maior peso na composição do custo de produção das empresas da indústria calçadista gaúcha é o da mão de obra (aproximadamente 25%). Por isso, aproximadamente 90% das empresas incluídas na pesquisa declararam utilizar serviços terceirizados. Outro ponto interessante refere-se ao diferencial significativo que existe entre produzir calçado no RS ou no Nordeste em termos do salário pago ao trabalhador empregado nesta indústria. Enquanto no RS mais de 60% da força de trabalho ganha entre 2 e 2,5 salários mínimos, no Nordeste esse valor é reduzido praticamente à metade. Nas fábricas gaúchas de calçados instaladas no Ceará, observou-se também, que predomina o modelo de cooperativas de trabalho como forma dominante das relações de trabalho.

¹² As cooperativas não pagam imposto de renda por serem entidades sem fins lucrativos.

É interessante ressaltar que, neste caso, identificam-se algumas características comuns a essas cooperativas, tais como: a) o Estado do Ceará constrói galpões que são cedidos às cooperativas e patrocina o treinamento dos trabalhadores, através de órgãos como o SENAI e SINE; b) o controle da organização continua sendo feito pela empresa, através de funcionários supervisores; c) as máquinas são fornecidas pela empresa ou pelo Estado e, principalmente, d) o pagamento é feito por produção.

A última característica implica que a empresa só possui obrigação com a produção contratada, ou seja, no caso de o mercado encontrar-se saturado a empresa cancela as encomendas e a cooperativa é obrigada a parar suas atividades; os cooperados são mandados embora e somente são chamados a retornar quando a empresa refizer as encomendas. Além de não arcarem com os encargos trabalhistas, essa característica permite que as empresas também se livrem dos custos de demissão em épocas de retração da demanda.¹³ Portanto, o benefício para a empresa é duplo: primeiro não precisa pagar multa e demais encargos trabalhistas pela demissão; segundo, economiza custos com treinamento, como seria o caso se precisasse arcar com a recontração da mão-de-obra por conta própria.

A formação de algumas dessas cooperativas pode constituir-se, assim, violando os princípios cooperativistas, tendo em vista o entendimento de que as cooperativas só podem emergir por iniciativa espontânea dos próprios trabalhadores. As cooperativas são organizadas pelo Estado, e muitas vezes, os cooperados por falta de uma melhor instrução nem sabem qual é, realmente, o significado do cooperativismo. Além disso, muitas dessas cooperativas são organizadas por alguns trabalhadores que passam a gerenciar todo o processo, e dessa forma explorar os próprios companheiros, introduzindo uma lógica em que o trabalhador explora o próprio trabalhador. Esse modelo se constitui numa forma flexibilizada de organização do trabalho incentivada pelo Estado, porque através de constituição de cooperativas formais permite terceirizar a produção e eliminar gasto com a gestão da força de trabalho mantendo, contudo, o controle da produção (Lima, 1998).

É nesse sentido, que muitos autores rejeitam a hipótese de que a disseminação do cooperativismo, liderado pelo desenvolvimento crescente das cooperativas de trabalho, represente um avanço rumo a um novo modo de produção e de organização da sociedade. Segundo Vainer (2000, p. 10):

¹³ Segundo Pereira (2000), um caso relatado nas entrevistas foi o de uma cooperativa de trabalho de Itapioca (CE), que teve a sua produção totalmente parada de outubro a dezembro de 1999, porque a empresa contratante interrompeu as encomendas durante esses três meses, alegando falta de mercado. Durante esse tempo, ela emprestou cem reais para cada trabalhador da cooperativa, a ser descontado em 12 parcelas a partir do momento em que a produção fosse reiniciada.

uma coisa é uma organização cooperativa, outra é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. (...) o cooperativismo não é alternativa e pode ser, simplesmente, estratégia de controle (político de populações desesperadas). Pode também, entretanto, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo.

Portanto, a julgar pelas atuais evidências, o que está acontecendo não é o lento aparecimento de um novo modo de produção, pois este é decorrência do avanço das forças produtivas e da constituição de um novo processo material, e sim, uma alternativa criada pelo próprio sistema atual como conseqüência do seu desenvolvimento e do aprofundamento da crise no emprego. Essas “novas alternativas”, como as cooperativas de trabalho, não passam do que Vainer (2000, p. 60) denominou de *momentos de utopia experimental*.

6 Conclusão

As transformações na economia mundial e, conseqüentemente, na economia brasileira, no que se refere às relações sociais de produção, são caracterizadas pela temática do desemprego. Esta é vinculada inicialmente a processos como a reengenharia, qualidade total, automatização industrial, que são movimentos de órbita mundial, além de outros fatores internos, defendida por muitos autores, como competitividade empresarial, estabilização monetária, baixa qualificação dos trabalhadores e rigidez no mercado de trabalho.

É nesse contexto que surgem movimentos alternativos de geração de emprego e renda, constituindo o conceito da economia popular. Esta, embora definida por muitos autores como um novo modo de produção capaz de futuramente superar o modo de produção capitalista, não tem assim se constituído.

A julgar pelas atuais evidências, o que está acontecendo não é o lento aparecimento de um novo modo de produção, pois este decorre do avanço das forças produtivas e da constituição de um novo processo material; ele é uma alternativa criada pelo próprio sistema atual como conseqüência do seu desenvolvimento e do aprofundamento da crise do emprego. O mais provável é que economia solidária seja apenas uma forma espontânea de resistência dos trabalhadores, excluídos pela lógica competitiva do mercado. Entende-se que a criação de uma alternativa econômica ao modelo atual deve necessariamente modificar as relações de produção. Para isso, esse modelo alternativo proposto deve se sustentar em evidências de que as modificações em tais relações adquiram um outro caráter, além de propiciarem condições objetivas de viabilidade e de vigência histórica.

Referências

- AMADEO, E. *Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho*. Câmara dos Deputados, 14 de maio de 1998.
- CORRAGIO, José L. *Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa*. Presentación en el II Encuentro Internacional sobre la globalización de la solidaridad, Québec, 9-12 octubre 2001.
- DEDECCA, C. As mudanças no sistema de relações de trabalho. *Le Monde Diplomatique*. Porto Alegre, Veraz Edit. (número especial: globalização e mundo do trabalho), set. 2000.
- DATHEIN, Ricardo. Terias econômicas e políticas contra o desemprego: uma avaliação das diferentes propostas. *Texto para Discussão*, n. 8, UFRGS, Porto Alegre, Maio 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio *et al.* A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos Cedope*. São Leopoldo, Unisinos, v.10, n. 15, 1999.
- . *A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor*. Dublin: July 2000.
- . O trabalho ao centro da economia popular solidária. *Anais do XXIII Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 1999.
- GUIMARÃES, G. (org). *Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate*. São Paulo, Unitrabalho, 1999.
- . *Jornal da UFRGS*, p. 6, julho 2000.
- KRAYCHETE, Gabriel; Lara, Francisco & Costa, Beatriz.(orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- KRUGMAN, P. *Uma nova recessão? O que deu errado*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LAVILLE, J. L. (org.), *L'économie solidaire – une perspective internationale*. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.
- LEITE, Márcia. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, C.A., MATTOSO, J., SIQUEIRA NETO, J.F., POCHMANN, M.A., OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- LIMA, Jacob C. Trabalho assalariado e trabalho associado: experiências de terceirização da produção. *Anais do XXII Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 1998.
- MANCE, Euclides A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- . Economia solidária: um novo paradigma? In: *Seminário Catarinense de Economia Solidária*, maio 2000.
- MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de S. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- PEREIRA, José M. Dias. *O movimento de transferência de indústrias gaúchas de calçados para a Região Nordeste*. Relatório de Pesquisa FAPERGS nº 99/0422.4. UFSM, dezembro 2000.
- . Cooperativas de trabalho: flexibilização ou degradação do trabalho? *Análise Econômica*. Porto Alegre, FCE/UFRGS, Ano 19, n. 35, março 2001.
- RAZETO, Luis. *Los caminos de la economía de la solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1997.

- RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, n. 75, p. 91-99, 1997/1998.
- SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo (orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- . Crise do trabalho e economia solidária: *Seminário de Tropicologia*, v, 22 set. Recife, 1998.
- . Economia solidária: para um mundo sem pobreza. *Integração – a Revista Eletrônica do Terceiro Setor*, ano I, nº 4, jun./jul. 1999.
- TAUILE, J. R. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. *Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política*, 2002.
- TODESCHINI, R. Reestruturação produtiva, sindicalismo e solidariedade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 44-47, 1999.
- VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? *Unitrabalho Informa*, São Paulo: Rede Unitrabalho Informa, ano 3, jan. 2000.
- . O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.) *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate*. São Paulo, Unitrabalho, 1999.